

NOTA EXPLICATIVA #2

# RECUPERAÇÃO PÓS-CONFLITO E COMÉRCIO

PRODUZIDA POR



**regions  
refocus**

EM COLABORAÇÃO COM



**WILPF**  
WOMEN'S INTERNATIONAL  
LEAGUE FOR PEACE & FREEDOM



A Coalizão de Gênero e Comércio (*Gender and Trade Coalition* em inglês) foi iniciada em 2018 por ativistas feministas e progressistas para apresentar análises feministas sobre o comércio e defender políticas comerciais equitativas.

Este artigo é o segundo de uma série de notas explicativas curtas, no formato de perguntas e respostas, que abordam as principais questões sobre o comércio, produzida para a Coalizão de Gênero e Comércio pela Regions Refocus. Escrito por Senani Dehigolla (Regions Refocus), Erica Levenson (Regions Refocus), Anita Nayar (Regions Refocus), Nela Porobić (WILPF) e Fatimah Kelleher (Nawi-Afrifem Macroeconomics Collective). As autoras agradecem Mariana Silvério pela tradução deste documento.

**Citação:** Dehigolla, Senani, Erica Levenson, Anita Nayar, Nela Porobić, e Fatimah Kelleher. 2024. “Nota Explicativa sobre Recuperação Pós-Conflito e Comércio.” Série de Notas Explicativas da Coalizão de Gênero e Comércio. Regions Refocus, Women’s International League for Peace and Freedom (WILPF) e Nawi–Afrifem Macroeconomics Collective.



Junte-se a nós: [bit.ly/JoinGenderTrade](https://bit.ly/JoinGenderTrade)



[contact@gendertradecoalition.org](mailto:contact@gendertradecoalition.org)



[@GenderandTrade](https://twitter.com/GenderandTrade)

# 1. O comércio estimula a recuperação pós-conflito?

Os contextos pós-conflito podem se referir a um espectro de situações de conflito político violento (tanto entre Estados quanto dentro deles) que compartilham considerações semelhantes para a reconstrução e o desenvolvimento. Os países que se recuperam de um conflito enfrentam os desafios de manter a paz e, ao mesmo tempo, restaurar suas economias, reconstruir a infraestrutura social e física devastada e fornecer serviços básicos a pessoas cujas vidas foram destruídas por deslocamentos e perdas insuperáveis. Muitas realidades não refletem o termo estático "pós-conflito", pois os conflitos podem recomeçar e terminar em momentos distintos em diferentes partes de um país. Embora o comércio possa oferecer oportunidades para exportações e crescimento econômico, a liberalização irrestrita do comércio pode ser contraproducente para a recuperação das indústrias nacionais e não necessariamente beneficiar as populações afetadas ou levar a uma paz duradoura.<sup>1</sup>

De acordo com a infame teoria McDonald's da paz, dois países que possuem um restaurante McDonald's jamais travaram uma guerra entre si. Isso porque se presume que eles praticam o livre comércio um com o outro e, portanto, uma guerra ameaçaria ambas as economias.<sup>2</sup> Aderindo a essa teoria, o Programa Comércio para a Paz da Organização Mundial do Comércio (OMC) destaca o papel do comércio e da integração econômica na promoção da paz e da segurança. Ele apresenta os contextos pós-conflito como uma nova oportunidade de gerar lucro para as corporações multinacionais com base no argumento de que a integração ao sistema de comércio multilateral leva à estabilidade e ao bem-estar econômico.

Na realidade, converter a recuperação pós-conflito em um "resultado padrão" pode levar a uma reintegração violenta e incompleta na economia global. Isso afeta diretamente os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) no local, que são essenciais para a

reconstrução de sociedades pós-conflito. Além disso, o conflito pode ser ainda mais exacerbado por atividades econômicas, com as multinacionais que, na pior das hipóteses, capitalizam em cima dos contextos de conflito e pós-conflito para aumentar a apropriação de terras e as violações de direitos trabalhistas e, na melhor das hipóteses, continuam com os negócios normalmente apesar do conflito.<sup>3</sup>

A abertura de indústrias nacionais em recuperação para mercados globais altamente competitivos pode levar à eliminação de agentes econômicos locais e ao enfraquecimento ainda maior das indústrias nacionais, aprofundando as desigualdades dentro dos países e entre eles. Embora alguns países pós-conflito, como Sri Lanka e Uganda, tenham se beneficiado da liberalização do comércio de acordo com os indicadores macroeconômicos, o crescimento do PIB não conseguiu gerar empregos para as populações domésticas, negligenciando a cura das feridas pós-conflito.<sup>4</sup> Embora a liberalização do comércio possa facilitar a reintegração ao sistema econômico, o mesmo não pode ser dito sobre a capacidade da liberalização do comércio de facilitar a recuperação das "condições de vida das pessoas nem a recuperação de uma sociedade da guerra".<sup>5</sup>

## 2. Como as instituições financeiras internacionais impedem o gasto estatal pós-conflito?

Quando saem de conflitos, os países enfrentam grandes desafios na mobilização de recursos domésticos suficientes para a sua recuperação. Dada a disparidade entre a escala de financiamento necessária para a recuperação pós-conflito e a quantidade de ajuda oferecida por doadores bilaterais e multilaterais, a maioria dos países em situação de pós-conflito busca assistência econômica por meio de instituições financeiras internacionais (IFI) — nomeadamente, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC.<sup>6</sup> Mesmo com os conflitos em andamento, as IFI estão frequentemente envolvidas na avaliação e no planejamento da

recuperação pós-conflito, o que lhes confere uma posição única de poder para influenciar as políticas e reformas econômicas adotadas.<sup>7</sup>

A lógica econômica neoliberal dominante de que "a interdependência do comércio bilateral e a abertura do comércio global promovem significativamente a paz" obscurece o papel que a política comercial protecionista tem desempenhado historicamente na recuperação pós-guerra nos países atualmente desenvolvidos.<sup>8</sup> As políticas hoje promovidas pelas IFI e pelos financiadores bilaterais e multilaterais envolvidos na recuperação pós-guerra não refletem a importância do protecionismo na recuperação pós-guerra — e no desenvolvimento em geral —, o que é claramente demonstrado pelas experiências históricas dos países atualmente desenvolvidos. A jornada de volta à estabilidade econômica após a Segunda Guerra Mundial para a maioria dos países atualmente desenvolvidos foi possível graças a gastos estatais significativos, protecionismo intenso e intervenção estatal que limitou a concorrência no mercado.<sup>9</sup> No entanto, essa evidência das políticas que facilitaram a recuperação dos países atualmente desenvolvidos no pós-guerra, há menos de um século, é totalmente contrária às atuais prescrições de políticas das IFI para os países em desenvolvimento.

**“Essa evidência das políticas que facilitaram a recuperação dos países atualmente desenvolvidos no pós-guerra é totalmente contrária às atuais prescrições de políticas das IFI para os países em desenvolvimento.”**

Em troca de empréstimos e oportunidades comerciais por meio das IFI, os países passam por reformas políticas obrigatórias que enfraquecem o Estado em um esforço para atrair capital privado estrangeiro e permitir que esse capital flua sem impedimentos. O retrocesso do Estado no momento exato em que o seu envolvimento ativo é mais necessário acarreta consequências terríveis, principalmente para as mulheres.<sup>10</sup> As reformas necessárias para receber empréstimos e oportunidades comerciais geralmente incluem: privatização de setores e serviços públicos

importantes, como transporte público, assistência médica, serviços públicos e educação; redução dos gastos do Estado, geralmente em áreas críticas como saúde, educação e proteção social; tributação regressiva e desregulamentação de empresas e investidores estrangeiros; desmantelamento de subsídios para pequenas empresas; e liberalização do comércio. Os países devedores são então efetivamente forçados a priorizar o serviço da dívida como o ponto central de suas políticas econômicas, o que resulta em obrigações estatais não cumpridas, pois a receita disponível é destinada ao pagamento da dívida em vez de gastos sociais, programas de DDR ou estratégias de desenvolvimento.<sup>11</sup>

A confluência que as IFI fazem da "recuperação da guerra e recuperação do sistema econômico" se reflete nas restrições impostas aos Estados para investimentos sociais.<sup>12</sup> As pesquisas de avaliação de impacto são frequentemente usadas para justificar essas políticas, geralmente demonstrando o sucesso delas em um esforço para incentivar ainda mais o capital privado a fluir para novas oportunidades comerciais disponíveis.<sup>13</sup> Infelizmente, os dados citados por essas pesquisas costumam ser tecnocráticos e tendenciosos por natureza, e dados alternativos que reflitam as realidades totalmente diferentes no local são difíceis de serem obtidos pela sociedade civil em Estados pós-guerra de forma autônoma, deixando apenas essas análises não fundamentadas como *insights*.<sup>14</sup>

### 3. Como os acordos de comércio e investimento exploram as oportunidades econômicas pós-conflito?

Com a premissa de ajudar na recuperação pós-conflito, o "poder esquecido do comércio" é revivido e os acordos comerciais são apresentados como ferramentas cruciais de recuperação pós-conflito.<sup>15</sup> As economias pós-conflito são vistas como mercados emergentes a serem moldados para atender aos interesses econômicos do Norte Global, o que é feito por meio de uma combinação de acordos comerciais e condicionalidades de

empréstimos e ajuda.<sup>16</sup> Em um contexto pós-conflito, as pessoas têm grande necessidade de meios de subsistência.<sup>17</sup> Isso as torna mais vulneráveis à exploração, pois é mais provável que tolerem piores condições de trabalho (salário mais baixo, menos precauções de segurança etc.) se isso significar que podem garantir um emprego e, por extensão, ganhar a vida. Ao mesmo tempo, os países em situação de pós-conflito geralmente dependem de investimentos estrangeiros, o que os obriga a dismantelar as regulamentações do mercado de trabalho em um esforço para atrair investidores, conforme prescrito pelas condicionalidades do empréstimo.

“ No entanto, o crescimento econômico de Bangladesh e do Vietnã foi acompanhado por algumas das piores violações dos direitos das pessoas trabalhadoras no mundo, predominantemente das mulheres. ”

Analisando as "histórias de sucesso" de Bangladesh e do Vietnã, os empréstimos pós-guerra das IFI, a ajuda externa bilateral e o investimento estrangeiro resultaram em um crescimento sustentado do PIB.<sup>18</sup> No entanto, o crescimento econômico de Bangladesh e do Vietnã foi acompanhado por algumas das piores violações dos direitos das pessoas trabalhadoras no mundo, predominantemente das mulheres

trabalhadoras, caracterizadas por condições de trabalho inseguras, violência de gênero, trabalho forçado, abuso físico e sexual.<sup>19</sup> Esses abusos foram possibilitados pela desregulamentação do mercado de trabalho, um pré-requisito do estímulo econômico necessário. Apesar da posição da ex-diretora do FMI, Christine Lagarde, de que "quando as mulheres se saem melhor, a economia se sai melhor", a "oportunidade" econômica para os investidores nesses contextos pós-conflito foi construída através da exploração das mulheres.<sup>20</sup>

Outra preocupação relacionada ao investimento privado estrangeiro em contextos pós-conflito é a recuperação assimétrica: os setores de telecomunicações, bancário e de energia são visados pelos investidores por serem geradores de lucro, com pouca consideração pelos impactos sociais, como o aumento da desigualdade no país.<sup>21</sup> Atrair investimentos

estrangeiros e permitir que eles fluam livremente é priorizado, enquanto as preocupações sociais, como a redução da inflação, são rebaixadas a "prioridades de segunda ordem".<sup>22</sup> O foco no lucro imediato em vez da recuperação de longo prazo prejudica o apoio aos setores produtivos locais que poderiam ser os principais participantes dos planos de recuperação e do crescimento sustentável e equitativo.

Por exemplo, após o fim da guerra civil no Sri Lanka, novos bancos e empresas financeiras promoveram esquemas de microfinanciamento abusivos voltados especificamente para a população tâmil na Província do Norte, pois eles tendiam a comprar ouro como forma de poupança e também como prática cultural.<sup>23</sup> No devido tempo, a população tâmil enfrentou um endividamento generalizado e muitos não tiveram alternativa a não ser penhorar seu ouro para ajudar a pagar os empréstimos.<sup>24</sup> Outro exemplo é a Ucrânia, que ofereceu incentivos a investidores estrangeiros, incluindo até dez anos de isenção do imposto de renda corporativo.<sup>25</sup> O Ministério da Economia da Ucrânia assinou um memorando de entendimento em novembro de 2022 com a BlackRock, a maior empresa de investimentos do mundo; com US\$ 8,5 trilhões em ativos, a BlackRock criou e está administrando um fundo de investimentos para a recuperação da Ucrânia.<sup>26</sup> Essas iniciativas colocam o investimento estrangeiro, o capital privado e o lucro no centro da recuperação do país, em vez das necessidades da população.

## 4. Qual é o papel do setor extrativista no comércio e investimento pós-conflito?

Viabilizadas pela privatização e desregulamentação, as corporações de todo o mundo assumiram o controle de grandes áreas das economias nacionais.<sup>27</sup> O domínio econômico das multinacionais com sede no Norte Global manteve o domínio comercial do Norte Global, sendo a privatização do setor de mineração uma das principais formas. O controle do setor

extrativista pelas multinacionais garantiu que o setor de mineração nos países em desenvolvimento permanecesse orientado para a exportação, como era no colonialismo, o que perpetuou a dependência da exportação de commodities primárias do Sul Global.<sup>28</sup>

Embora a mineração contribua para as causas fundamentais das guerras imperiais e civis em muitos países, aumentar a escala da extração de recursos naturais em países afetados pela guerra é uma estratégia comum, apresentada como um componente essencial da recuperação pós-conflito.<sup>29</sup> No contexto da recuperação pós-conflito nos países em desenvolvimento, o controle estrangeiro privado sobre o setor de mineração impede a possibilidade de que a mineração possa contribuir significativamente para a recuperação: não só a extração de minerais brutos supre principalmente as necessidades de consumo e crescimento do Norte Global, como também as adições de valor (como o refino de petróleo) se revertem para as multinacionais sediadas no Norte Global.<sup>30</sup> A receita da mineração que poderia impulsionar a recuperação e os processos de desenvolvimento autônomo nos países em desenvolvimento pós-conflito é exportada para o Norte Global juntamente com os minerais brutos.

“ O aumento da extração de recursos naturais para ajudar na recuperação pós-conflito, atraindo investimentos estrangeiros, provou ser um tiro pela culatra, não apenas em termos de geração de receita, mas também em termos de facilitação de uma paz duradoura. ”

O aumento da extração de recursos naturais para ajudar na recuperação pós-conflito, atraindo investimentos estrangeiros, provou ser um tiro pela culatra, não apenas em termos de geração de receita, mas também em termos de facilitação de uma paz duradoura. Por exemplo, em 2011, o recém-independente Sudão do Sul convidou investimentos internacionais para um campo de petróleo recém-aberto que, segundo estimativas, geraria US\$1,3 bilhão em receita de petróleo por ano.<sup>31</sup> Além de a maior parte da receita da extração de petróleo e da agregação de valor ter sido acumulada para as multinacionais que a controlam, desde a abertura do campo de petróleo, o governo perdeu mais de US\$4 bilhões em impostos não pagos

somente pelas empresas petrolíferas.<sup>32</sup> A exploração da mão de obra pelas empresas petrolíferas também é predominante, juntamente com a apropriação de terras para plantações, produção de madeira e turismo, semeando tensões relacionadas a essa injustiça.<sup>33</sup> No caso da Libéria, um país rico em borracha, diamantes e madeira, o aumento da concorrência entre as partes comerciais quase reacendeu a guerra civil, agravada por vários incidentes de ex-combatentes que assumiram o controle da extração de recursos naturais após a guerra.<sup>34</sup>

Depender da extração de recursos naturais controlados por estrangeiros como fonte de geração de receita em contextos pós-conflito também exacerba a desigualdade estrutural de gênero. Para começar, devido aos déficits crônicos que isso cria, os programas não podem ser financiados para atender às necessidades específicas das mulheres após o conflito, inclusive saúde reprodutiva e mental, programas estatais para reduzir a carga de trabalho de cuidados e assistência econômica.<sup>35</sup> Para agravar os impactos de gênero dos conflitos que ainda não foram abordados, a mineração é altamente marcada pelo gênero, desde a demografia da força de trabalho da mineração até os impactos ambientais.<sup>36</sup> À medida que as forças de trabalho dominadas por homens se mudam para a área para trabalhar na mineração,<sup>i</sup> os riscos de violência baseada em gênero disparam para as mulheres nas comunidades de mineração, especialmente as mulheres indígenas.<sup>37</sup> Além disso, as operações de mineração em larga escala são algumas das atividades mais destrutivas para o meio ambiente no mundo, e as mulheres são mais afetadas do que os homens pela degradação do meio ambiente. Isso ocorre não apenas em suas funções como provedoras de subsistência de recursos naturais escassos, mas também como cuidadoras de crianças e famílias cada vez mais doentes, sem mencionar seus próprios riscos à saúde, sobre os quais recai o ônus do trabalho de cuidado não remunerado.<sup>38</sup> Esses impactos contradizem os objetivos dos programas de DDR, mais uma vez colocando os lucros acima do bem-estar social.



<sup>i</sup> Nem todas as operações de mineração são dominadas por homens. A maioria das mulheres que trabalham na mineração, no entanto, trabalha na mineração artesanal de pequena escala, que é marcada por altos índices de violência baseada em gênero (veja, por exemplo, Pillinger e Wintour 2022).

## 5. Propostas de Políticas Estratégicas

A brutalidade dos conflitos — desde insurgências, guerras populares, guerras de libertação nacional, guerras de guerrilha, guerras partidárias, invasões até guerras civis — é amplamente ignorada na tentativa de assimilar os países em situação de pós-conflito a uma ordem econômica global que favorece o Norte Global. Para que a recuperação pós-conflito seja mais equitativa e justa, é necessária uma abordagem holística das questões de comércio e investimento — uma abordagem que reconheça os impactos socioeconômicos e as causas dos conflitos. Uma compreensão interseccional e de gênero de como o conflito afeta as pessoas e os grupos de forma diferente — por meio de mudanças na capacidade de trabalhar, no acesso à saúde e à educação, no acesso a recursos naturais, como água e terra, e na agência e influência sobre a tomada de decisões políticas e econômicas — é um pré-requisito para usar o comércio como uma ferramenta para melhorar o direito das pessoas de viver uma vida com segurança e dignidade. Para isso, é fundamental:

**1** Incluir cláusulas em acordos comerciais que coloquem uma moratória nos acordos de proteção de investimentos em casos de conflito. Essas proteções restringem o espaço da política nacional para projetar e implementar esforços de recuperação pós-conflito e podem levar a mais abusos dos direitos humanos. Essa cláusula de moratória pode ser um ponto de partida para reformas políticas mais amplas que respeitem o direito dos Estados de regular os investidores estrangeiros e evitar corridas ao capital, que podem aprofundar as crises econômicas.

**2** Limitar o papel dos setores extrativistas na recuperação pós-conflito. Embora os países afetados por conflitos precisem aumentar a receita para atender às necessidades humanas, isso deve ser feito de forma sustentável, dentro de limites ecológicos

seguros e orientado pelo bem-estar humano e pela regeneração ecológica.<sup>39</sup> Além da ampla gama de impactos sociais e ambientais negativos que as indústrias extrativistas tiveram em países em conflito e pós-conflito, elas roubaram bilhões de dólares em impostos e receitas dos Estados. O aumento da extração de recursos naturais não deve ser visto como uma maneira infalível de gerar receita doméstica, especialmente quando as multinacionais controlam a maioria ou todas as operações de mineração. Em vez disso, os Estados devem retomar o princípio keynesiano de aumentar os gastos sociais como forma de estimular a economia e se concentrar em reinvestir o máximo possível de receita na criação de empregos, na recuperação do setor doméstico e na transformação econômica estrutural duradoura.

3

Adotar uma legislação internacional vinculante sobre o dever das empresas de realizar a devida diligência obrigatória em direitos humanos nas atividades comerciais de todos os setores, garantindo que suas operações não exacerbem os conflitos. Embora existam acordos não vinculantes, como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, não há mecanismo de aplicação para a violação desses acordos. Como as empresas demonstraram claramente que sua prioridade é o lucro em detrimento das pessoas, mesmo em contextos de recuperação de conflitos e pós-conflitos, é necessário criar uma legislação obrigatória que regule suas atividades.

4

Publicar análises de gênero acessíveis, transparentes e completas antes de formalizar qualquer acordo comercial ou empréstimo com países em conflito ou pós-conflito. O financiamento concessional e os acordos comerciais podem ajudar na recuperação pós-conflito, mas diferentes países que se recuperam da guerra precisam de diferentes reformas e pacotes de políticas econômicas que atendam às necessidades intersetoriais e de gênero de suas populações. O espaço da política comercial nacional precisa ser cuidadosamente adaptado e personalizado para cada cenário pós-conflito, pois os

empréstimos e os acordos comerciais predatórios ou insensíveis levam os países frágeis em pós-conflito a se endividarem ainda mais.

5

Assegurar a participação de diversos grupos da sociedade civil – incluindo ONGs, agricultores, trabalhadores, grupos de mulheres e indígenas – nas negociações comerciais pós-conflito e em outros processos de tomada de decisões econômicas para permitir a elaboração de políticas inclusivas que reflitam a variedade de pontos de vista e experiências em diferentes estratificações sociais. Da mesma forma, é fundamental proteger o direito de protestar sem represálias violentas, que se tornaram cada vez mais comuns em todo o mundo, já que o circuito fechado de televisão (CFTV, ou CCTV em inglês) e outras formas de vigilância digital permitiram a identificação e a perseguição de manifestantes.

# Notas

<sup>1</sup> Kurtenbach e Rettberg 2018; Krpec e Hodulak 2019; Langer e Brown 2016; Oxfam 2007.

<sup>2</sup> Friedman 2000.

<sup>3</sup> Consulte, por exemplo, Abed e Kelleher 2022; Frynas e Wood 2001.

<sup>4</sup> Mallett e Pain 2018.

<sup>5</sup> Cohn e Duncanson 2020, 5.

<sup>6</sup> Coppola 2015; Tett 2022.

<sup>7</sup> True e Svedberg 2019.

<sup>8</sup> Lee e Pyun 2020.

<sup>9</sup> Chang 2002; Shaikh 2007.

<sup>10</sup> Abed e Kelleher 2022; Cohn e Duncanson 2020; Mallett e Pain 2018; Mlinarević et al. 2017; Ortiz e Cummins 2022; Woodward 2013.

<sup>11</sup> Sibeko 2022; Villaroman 2010.

<sup>12</sup> Cohn e Duncanson 2020, 5.

<sup>13</sup> Consulte, por exemplo, Banco Mundial 2009, 2021b, 2022; Gertler et al. 2016.

<sup>14</sup> Moreno-Serra et al. 2022; ONU Mulheres 2019; Weidmann 2015.

<sup>15</sup> Hillman, 2020; ver também Eichengreen e Irwin 1995; Eichengreen 1996; Terborgh 2003.

<sup>16</sup> Cohn e Duncanson 2020; Ivanova 2007; Mallett e Pain 2018.

<sup>17</sup> Mallett e Slater 2012.

<sup>18</sup> Banco Mundial 2021a; Baum 2020.

<sup>19</sup> ActionAid 2019; Brown 2021; Marsh e Ahmed 2019; Rodriguez 2019; Zhang et al. 2021.

<sup>20</sup> Lagarde 2013.

<sup>21</sup> Frynas e Wood 2001; PNUD 2008; Turner, Aginam e Popovski 2008.

<sup>22</sup> PNUD 2008, xxi.

<sup>23</sup> Kadirgamar 2013.

<sup>24</sup> *Ibid.*

<sup>25</sup> Porobić 2023.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> Kline 2006.

<sup>28</sup> Hormeku-Ajei et al. 2022; Radley 2023.

<sup>29</sup> Bah 2014; Maconachie 2016; Petras e Veltmeyer 2016.

<sup>30</sup> Hormeku-Ajei et al. 2022.

<sup>31</sup> Collier 2010.

<sup>32</sup> Mayar 2021.

<sup>33</sup> McGinnis 2020.

<sup>34</sup> McCandless e Tyler 2006.

<sup>35</sup> Puechguirbal 2012.

<sup>36</sup> Hofmann e Cabrapan Duarte 2021.

<sup>37</sup> Cane, Terbish, e Bymbasuren 2014; Major, Longboat, e Sarapura-Escobar 2023.

<sup>38</sup> Cannon 2002; Cohen e van der Meulen Rodgers 2021; Goldsworthy 2010.

<sup>39</sup> Acheson et al. 2022.

# Referências

Abed, Dana e Fatimah Kelleher. 2022. "The Assault of Austerity: How Prevailing Economic Policy Choices Are a Form of Gender-Based Violence" ("O Ataque da Austeridade: Como as Escolhas de Política Económica Predominantes São uma Forma de Violência Baseada no Género"). Oxfam. <https://doi.org/10.21201/2022.9844>.

Acheson, Ray, Nela Porobić, Katrin Geyer e Doug Weir. 2022. "Environmental Peacebuilding through Degrowth, Demilitarization, and Feminism: Rethinking environmental peacebuilding to stay within planetary boundaries and champion social justice" ("Construção da paz ambiental por meio do decrescimento, da desmilitarização e do feminismo: Rethinking environmental peacebuilding to stay within planetary boundaries and champion social justice"). *Ecosystem for Peace*, 18 de janeiro de 2022.

ActionAid. 2019. "Sexual harassment and violence against garment workers in Bangladesh" ("Assédio sexual e violência contra trabalhadores do setor de vestuário em Bangladesh"). Documento Informativo.

Bah, Mamadou Diouma. 2014. "Mining for Peace: Diamonds, Bauxite, Iron Ore and Political Stability in Guinea" ("Mineração para a Paz: Diamantes, Bauxita, Minério de Ferro e Estabilidade Política na Guiné"). *Review of African Political Economy* 41 (142): 500–515. <https://doi.org/10.1080/03056244.2014.917370>.

Banco Mundial. 2009. "Making Smart Policy: Using Impact Evaluation for Policy Making Case Studies on Evaluations that Influenced Policy" ("Fazendo Políticas Inteligentes: Usando Avaliação de Impacto para Elaboração de Políticas Estudos de Caso sobre Avaliações que Influenciaram Políticas"). Doing Impact Evaluation Número 14, Banco Mundial.

Banco Mundial. 2021a. "Country on a Mission: The Remarkable Story of Bangladesh's Development Journey" ("Um país com uma missão: a história notável da jornada de desenvolvimento de Bangladesh"). *Banco Mundial*, 16 de setembro de 2021.

Banco Mundial. 2021b. "World Bank Engagement in Situations of Conflict: An Evaluation of FY10–20 Experience" ("Envolvimento do Banco Mundial em situações de conflito: uma avaliação da experiência do ano fiscal 2010-20"). Grupo de Avaliação Independente, Banco Mundial.

Banco Mundial. 2022. "The International Finance Corporation's and Multilateral Investment Guarantee Agency's Support for Private Investment in Fragile and Conflict-Affected Situations, Fiscal Years 2010–21" ("Apoio da Corporação Financeira Internacional e da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos ao Investimento Privado em Situações Frágeis e Afetadas por Conflitos, Anos Fiscais de 2010-21"). Grupo de Avaliação Independente, Banco Mundial.

Baum, Anja. 2020. "Vietnam's Development Success Story and the Unfinished SDG Agenda" ("A história de sucesso do desenvolvimento do Vietnã e a agenda inacabada dos ODS"). Working Paper Número 20 (31), FMI. <https://doi.org/10.5089/9781513527024.001>.

Brown, Garrett D. 2021. "Women Garment Workers Face Huge Inequities in Global Supply Chain Factories Made Worse by COVID-19" ("Mulheres trabalhadoras do setor de vestuário enfrentam enormes desigualdades nas fábricas da cadeia de suprimentos global, agravadas pela COVID-19"). *New Solutions: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy* 31 (2): 113–124. <https://doi.org/10.1177/10482911211011605>.

Cane, Isabel, Amgalan Terbish e Onon Bymbasuren. 2014. "Mapping gender based violence and mining infrastructure in Mongolian mining communities" ("Mapeando a violência baseada em gênero e infraestrutura de mineração em comunidades de mineração da Mongólia"). Relatório de Pesquisa-Ação do International Mining for Development Center (IM4DC).

Chang, Ha-Joon. 2002. "Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective" ("Chutando a Escada: A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica"). Londres: Anthem Press.

Cohn, Carol e Claire Duncanson. 2020. "Whose Recovery? IFI Prescriptions for Postwar States" ("De quem é a recuperação? Receitas do IFI para Estados do pós-guerra"). *Review of International Political Economy* 27 (6): 1214–1234. <https://doi.org/10.1080/09692290.2019.1677743>.

Coppola, Damon P. 2015. "Introduction to International Disaster Management" ("Introdução à gestão internacional de desastres"), 3a ed., Amsterdã: Elsevier/Butterworth-Hein.

Collier, Paul. 2010. "Wars, Guns and Votes: Democracy in Dangerous Places" ("Guerras, Armas e Votos: Democracia em Lugares Perigosos"). Nova York: Harper Collins.

Eichengreen, Barry e Douglas Irwin. 1995. "Trade Blocs, Currency Blocs and the Reorientation of World Trade in the 1930s" ("Blocos Comerciais, Blocos Monetários e a Reorientação do Comércio Mundial na Década de 1930"). *Journal of International Economics* 38 (1–2): 1–24. [https://doi.org/10.1016/0022-1996\(95\)92754-P](https://doi.org/10.1016/0022-1996(95)92754-P).

Eichengreen, Barry. 1996. "Globalizing Capital: A History of the International Monetary System" ("Globalizando o Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional"). Princeton: Princeton University Press.

Friedman, Thomas. 2000. "The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization" ("O Lexus e a Oliveira: Compreendendo a Globalização"). Nova York: Anchor Books.

Frynas, Jędrzej George e Geoffrey Wood. 2001. "Oil & War in Angola" ("Petróleo e Guerra em Angola"). *Review of African Political Economy* 28 (90): 587–606. <https://doi.org/10.1080/03056240108704568>.

Gertler, Paul J., Sebastián Martínez, Patrick Premand, Laura B. Rawlings y Christel M. J. Vermeersch. 2016. "Impact Evaluation in Practice" ("Avaliação de Impacto na Prática"), 2a ed., Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0779-4>.

Hathaway, Terry. 2020. "Neoliberalism as Corporate Power" ("Neoliberalismo como poder corporativo"). *Competition & Change* 24 (3-4): 315-337. <https://doi.org/10.1177/1024529420910382>.

Hillman, Jonathan. 2020. "The Forgotten Power of Trade" ("O poder esquecido do comércio"). *Center for Strategic and International Studies (CSIS)*.

Hofmann, Susanne e Melisa Cabrapan Duarte. 2021. "Gender and Natural Resource Extraction in Latin America: Feminist Engagements with Geopolitical Positionality" ("Gênero e extração de recursos naturais na América Latina: compromissos feministas com o posicionamento geopolítico"). *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 0 (111): 39-63. <https://doi.org/10.32992/erlacs.10653>.

Hormeku-Ajei, Tetteh, Aishu Balaji, Adebayo Olukoshi e Anita Nayar. 2022. "Introduction: Early Post-Independence Progressive Policies- Insights for our Times" ("Introdução: Políticas Progressistas do Início Pós-Independência - Insights para os nossos Tempos"). *Africa Development* 47 (1): 159-191. <https://doi.org/10.57054/ad.v47i1>.

Ivanova, Maria N. 2007. "Why There Was No 'Marshall Plan' for Eastern Europe and Why This Still Matters" ("Por que não houve um 'Plano Marshall' para a Europa Oriental e por que isso ainda é importante"). *Journal of Contemporary European Studies* 15 (3): 345-376. <https://doi.org/10.1080/14782800701683748>.

Kadirgamar, Ahilan. 2013. "Second Wave of Neoliberalism: Financialisation and Crisis in Post-War Sri Lanka" ("Segunda onda do neoliberalismo: financeirização e crise no Sri Lanka pós-guerra"). *Economic and Political Weekly* 48 (35).

Kline, John M. 2006. "MNCs and Surrogate Sovereignty" ("Corporações Multinacionais e Soberania Substituta"). *The Brown Journal of World Affairs* 13 (1): 123-133.

Krpec, Oldrich e Vladan Hodulak. 2019. "War and International Trade: Impact of Trade Disruption on International Trade Patterns and Economic Development" ("Guerra e comércio internacional: impacto da interrupção do comércio nos padrões de comércio internacional e no desenvolvimento econômico"). *Brazilian Journal of Political Economy* 39 (1): 152-172. <https://doi.org/10.1590/0101-35172019-2854>.

Kurtenbach, Sabine y Angelika Rettberg. 2018. "Understanding the Relation between War Economies and Post-War Crime" ("Entendendo a relação entre as economias de guerra e o crime no pós-guerra"). *Third World Thematics: A TWQ Journal* 3 (1): 1-8. <https://doi.org/10.1080/23802014.2018.1457454>.

Lagarde, Christine. 2013. "Building the Future of Myanmar- an Address to the Yangon Institute of Economics" ("Construindo o futuro de Mianmar - um discurso ao Instituto de Economia de Yangon"). *FMI*, 7 de dezembro de 2013.

Langer, Arnim y Graham K. Brown (Eds.). 2016. *Building Sustainable Peace: Timing and Sequencing of Post-Conflict Reconstruction and Peacebuilding* ("Construindo a paz sustentável: tempo e sequência da reconstrução e construção da paz pós-conflito"), 1a ed., Oxford: Oxford University Press.

Lee, Jong-Wha e Ju Hyun Pyun. (2020). "Does Trade Integration Contribute to Peace?" ("A integração comercial contribui para a paz?"). *Research Briefs in Economic Policy* Número 211, Cato Institute.

Maconachie, Roy. 2016. "The Extractive Industries, Mineral Sector Reform and Post-Conflict Reconstruction in Developing Countries" ("As indústrias extrativas, a reforma do setor mineral e a reconstrução pós-conflito nos países em desenvolvimento"). *The Extractive Industries and Society* 3 (2): 313–315. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2016.03.004>.

Major, Chelsea, Sheri Longboat e Silvia Sarapura-Escobar. 2023. "Gender, Indigeneity and Mining" ("Gênero, indigeneidade e mineração"). Em *Local Communities and the Mining Industry*, de Nicolas D. Brunet e Sheri Longboat, 1ª ed., 75-99. Londres: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003182375-6>.

Mallett, Richard e Rachel Slater. 2012. "Growth and Livelihoods in Fragile and Conflict-affected situations" ("Crescimento e meios de subsistência em situações frágeis e afetadas por conflitos"). Working Document 9, Secure Livelihoods Research Consortium.

Mallett, Richard e Adam Pain. 2018. "Post-War Recovery and the Role of Markets: Policy Insights from Six Years of Research" ("Recuperação pós-guerra e o papel dos mercados: insights de políticas de seis anos de pesquisa"). *Global Policy* 9 (2): 264–275. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12560>.

Marsh, Sarah e Redwan Ahmed. 2019. "Workers making £88 Lululemon leggings claim they are beaten" ("Trabalhadores que fazem leggings Lululemon de £88 alegam que são espancados"). *The Guardian*, 14 de outubro de 2019.

Mayar, Manyang David. 2021. "South Sudan's Oil Industry Remains Dependent on Foreign Help." ("A indústria petrolífera do Sudão do Sul continua dependente de ajuda externa"). *Voice of America Africa*, 6 de julho de 2021.

McCandless, Erin e W. Tyler Christie. 2006. "Moving beyond Sanctions: Evolving Integrated Strategies to Address Post-Conflict Natural Resource-Based Challenges in Liberia" ("Indo além das sanções: evoluindo estratégias integradas para abordar os desafios dos recursos naturais pós-conflito na Libéria"). *Journal of Peacebuilding & Development* 3 (1): 20–35. <https://doi.org/10.1080/15423166.2006.133909151693>.

McGinnis, Annika. 2020. "Uncertainty Over Laws Fuel Land Grabs in South Sudan" ("Incerteza sobre as leis alimenta a apropriação de terras no Sudão do Sul"). Pulitzer Center.

Mlinarević, Gorana, Nela Porobić Isaković, Christine Chinkin, Jacqui True, Madeleine Rees e Barbro Svedberg. 2017. "A Feminist Perspective on Post-conflict Restructuring and Recovery: The Case of Bosnia and Herzegovina" ("Uma perspectiva feminista sobre reestruturação e recuperação pós-conflito: o caso da Bósnia e Herzegovina"). Genebra: Liga Internacional das Mulheres pela Paz e Liberdade (WILPF).

Moreno-Serra, Rodrigo, Misael Anaya-Montes, Sebastián León-Giraldo e Oscar Bernal. 2022. "Addressing Recall Bias in (Post-)Conflict Data Collection and Analysis: Lessons from a Large-Scale Health Survey in Colombia" ("Abordando o viés de recall na coleta e análise de dados (pós-)conflito: Lições de uma pesquisa de saúde em larga escala na Colômbia"). *Conflict and Health* 16. <https://doi.org/10.1186/s13031-022-00446-0>.

ONU Mulheres. 2019. "Conflict/Post Conflict: Lack of Comparable Data" ("Conflito/Pós-conflito: Falta de dados comparáveis"). Virtual Knowledge Center to End Violence Against Women and Girls.

Ortiz, Isabel e Matthew Cummins. 2022. "End Austerity: A Global Report on Budget Cuts and Harmful Social Reforms in 2022-25" ("Acabar com a austeridade: Relatório global sobre cortes orçamentários e reformas sociais prejudiciais em 2022-25"). Initiative for Policy Dialogue (IPD), Global Social Justice (GSJ), International Confederation of Trade Unions (ITUC), Public Services International (PSI), ActionAid International, Arab Watch Coalition, Bretton Woods Project, Eurodad, Financial Transparency Coalition, Latindadd, Third World Network (TWN) e Wemos.

Oxfam. 2007. "Spread of Free Trade Agreements Threatens Poor Countries" ("A disseminação de acordos de livre comércio ameaça os países pobres"). Comunicado à imprensa.

Petras, James e Henry Veltmeyer. 2016. *Power and Resistance: US Imperialism in Latin America (Poder e resistência: imperialismo dos EUA na América Latina)*. Leiden: Brill.

Pillinger, Jane e Nora Wintour. 2022. "Risks of gender-based violence and harassment: union responses in the mining, garments and electronics sectors" ("Riscos de violência e assédio de gênero: respostas sindicais nos setores de mineração, vestuário e eletrônica"). IndustriALL e Friedrich-Ebert-Stiftung.

Porobić, Nela. 2023. "Commodifying War: The Political Economy of Disaster Capitalism in Ukraine and Beyond" ("Guerra de mercantilização: a economia política do capitalismo de desastre na Ucrânia e além"). WILPF.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2008. "Crisis Prevention and Recovery Report 2008: Post-Conflict Economic Recovery: Enabling Local Ingenuity." ("Relatório de Prevenção e Recuperação de Crises 2008: Recuperação Econômica Pós-Conflito: Habilitando a Engenhosidade Local").

Puechguirbal, Nadine. 2012. "The Cost of Ignoring Gender in Conflict and Post-Conflict Situations: A Feminist Perspective" ("O custo de ignorar o gênero em situações de conflito e pós-conflito: uma perspectiva feminista"). *Amsterdam Law Forum* 4 (1): 4–19.

Radley, Ben. 2023. *Disrupted Development in the Congo: The Fragile Foundations of the African Mining Consensus (Desenvolvimento Interrompido no Congo: As Bases Frágeis do Consenso Mineiro Africano)*. Oxford: Oxford University Press.

Rodriguez, Leah. 2019. "Women Factory Workers in Vietnam Face High Levels of Sexual Abuse: Report" ("Mulheres que trabalham em fábricas no Vietnã enfrentam altos níveis de abuso sexual: Relatório"). *Global Citizen*, 8 de abril de 2019.

Shaikh, Anwar. 2007. *Globalization and the Myths of Free Trade (Globalização e os Mitos do Livre Comércio)*. Nova York: Routledge.

Sibeko, Buki. 2022. "A feminist approach to debt." ("Uma abordagem feminista da dívida"). Nawi-Afrifem Macroeconomics Collective e African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD).

Terborgh, Andrew. 2003. "The Post-War Rise of World Trade: Does the Bretton Woods System Deserve Credit?" ("A ascensão do pós-guerra do Comércio Mundial: O Sistema de Bretton Woods Merece Crédito?"). Working Paper Número 78/03 do Departamento de História Econômica, London School of Economics.

Tett, Gillian. 2022. "The Marshall Plan is No Longer Niche History" ("O Plano Marshall não é mais um nicho da história"). *Financial Times*, 27 de abril de 2022.

True, Jacqui e Barbro Svedberg. 2019. "WPS and International Financial Institutions" ("WPS e instituições financeiras internacionais"). Em *The Oxford Handbook of Women, Peace, and Security*, de Jacqui True e Barbro Svedberg, editado por Sara E. Davies e Jacqui True, 335–350. Oxford: Oxford University Press.  
<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190638276.013.34>.

Turner, Nicholas, Obijiofor Aginam e Vesselin Popovski. 2008. "Post-Conflict Countries and Foreign Investment" ("Países pós-conflito e investimento estrangeiro"). Policy Brief Número 8, Universidade das Nações Unidas.

Villaroman, Noel. 2010. "The Need for Debt Relief: How Debt Servicing Leads to Violations of State Obligations under the ICESCR" ("A necessidade de alívio da dívida: como o serviço da dívida leva a violações das obrigações do Estado no âmbito do PIDESC"). *Human Rights Brief* 17 (3): 2–9.

Weidmann, Nils B. 2015. "On the Accuracy of Media-Based Conflict Event Data" ("Sobre a precisão dos dados de eventos de conflito baseados na mídia"). *Journal of Conflict Resolution* 59 (6): 1129–1149. <https://doi.org/10.1177/0022002714530431>.

Woodward, Susan L. 2013. "The IFIs and post-conflict political economy." ("As IFI e a economia política pós-conflito"). Em *Political Economy of Statebuilding: Power after Peace*, editado por Mats R. Berdal, 140–157. Abingdon: Routledge.

Zhang, Sheldon, Kyle Vincent, Meredith Dank, Katrina Cole, Cameron Burke, Andrea Hughes, Cù Chí Lợi, Lan Nguyen, Tien Nguyen e Shannon Stewart. 2021. "Prevalence of Forced Labor in Vietnam's Apparel Industry" ("Prevalência de trabalho forçado no setor de vestuário do Vietnã"). Global Fund to End Modern Slavery.

